

O HOTEL FRANCANO NO CONTEXTO DA ECONOMIA FRANCANO.

Geraldo Alexandre Atié (UNIFRAN)

Mayra Souza Silva (Uni-FACEF)

1. FRANCA: INÍCIO DA URBANIZAÇÃO

No início do século XIX, mais precisamente em 1805 surgia no Oeste Paulista a Freguesia de Franca, que seria elevada em 1824 a vila e, posteriormente em 1856, a cidade. Esta freguesia surgiu a partir da doação de terras realizada pela Igreja para sua construção. Assim:

Dois fatores contribuíram para a constituição do povoado de Franca ocorridos ainda no século XVIII. O primeiro vinculou-se a descoberta de ouro perto da Vila Boa de Goiás e a abertura da estrada de Goiás em 1722 e a abertura da Estrada de Goiás em 1722 [...] Por outro lado, a decadência da mineração nas Gerais fez com que muitas famílias também se dirigissem para a região do Triângulo Mineiro e nas proximidades do Rio Grande (BENTIVOGLIO, 1996, p. 15).

Com o passar das décadas, a cidade foi se expandiu economicamente, com destaque para o comércio de sal e a produção de tecidos de lã e algodão, porém o principal produto de venda era o gado bovino do tipo vacum, sendo Franca um dos maiores fornecedores. Para além destes, pode-se colocar a exploração de ouro de aluvião e de diamantes.

A partir de 1880 a cultura do café cresce na região, ultrapassando a pecuária, e junto a este crescimento há um aumento populacional e o início de uma pretensa urbanização.

Da mesma forma, a cidade passa a receber imigrantes em sua maioria italianos¹, além de sírio-libaneses. Sendo que os primeiros se instalaram nas regiões mais próximas ao centro e os segundos na região da Estação. Neste mesmo

¹ Para mais sobre a imigração italiana em Franca, DI GIANNI, Tércio Pereira. **Italianos em Franca**: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior.

período, no ano de 1887, era instalada a estação ferroviária com a chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro².

Juntando-se esses dois fatores principais, a crescente cultura do café e, subsequente, ida dos grandes fazendeiros para a região central da cidade, temos as principais motivações para a futura construção do Hotel Francano, a necessidade de ostentar um belo prédio que daria o *status* de cidade moderna e mostraria os rumos da urbanização, atenderia aos pedidos da elite além de cobrir a falta de um local onde pudesse se reunir a alta sociedade francana.

2. O CONTEXTO ECONÔMICO

2.1 O Cenário econômico Brasileiro até a década de 80

Desde a época Colonial (1500 – 1822), passando pelo período Imperial (1822 – 1889) e incluindo a República Velha (1889 – 1930), as commodities agrícolas foram os principais produtos da economia brasileira, que se desenvolveu através das exportações e se caracterizou pelos ciclos que cada produto gerou.

O café teve destaque na República Velha, com a produção no Sudeste brasileiro, caracterizando o auge da economia agro-exportadora.

Apesar de o Brasil ser o principal produtor mundial de café, ele não era controlador das condições do mercado, sendo os outros países influentes na oferta, além das grandes companhias atacadistas que especulavam com os estoques. Com isso, o bom desempenho da economia brasileira dependia das condições dos mercados internacionais, que também influenciavam na demanda, que oscilava principalmente por crises e guerras em países como a Inglaterra e EUA.

O crescimento da exportação do café após a abertura dos portos em 1808, com a chegada Família Real no Brasil, possibilitou a urbanização de muitas cidades, através da criação de ferrovias e armazéns, viabilizando a economia das mesmas, que passou de subsistência a exportadora.

Com o café sendo a atividade mais lucrativa na República Velha, os Barões, que representam a elite da época, decidiam os rumos da economia, sendo assim até

² Sobre a importância da chegada das ferrovias em Franca consultar TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**, em especial o Capítulo 3, Nos trilhos da transformação.

mesmo após a Proclamação da República (1889), com isso, mesmo havendo mercado consumidor que justificasse a atividade industrial, o café inibiu esse desenvolvimento.

A industrialização no Brasil teve seu início no fim do século XIX, conseqüente do surgimento da mão de obra assalariada advinda da imigração em massa, a abolição da escravatura e a deterioração das estruturas pré-capitalistas. A mudança da ideologia da classe dominante se deu após a crise mundial de 1875 e a crise de superprodução de café de 1880 – 1886.

Na primeira década do século XX houve um crescimento rápido da indústria propiciado por uma nova crise de superprodução do café, essa evolução compreendia a transformação primária de matéria prima para exportação e a produção de mercadorias para população com baixo nível de rendimentos. Outro fator que favoreceu esse crescimento foi a 1ª Guerra Mundial que afetou as importações, acelerando assim o desenvolvimento do mercado interno.

Entre 1923 e 1929 houve uma estagnação do crescimento industrial, que retornou em 1930 com a Grande Depressão, nesse momento houve queda do preço do café e a desaceleração do crescimento das lavouras caracterizando a mudança da dinâmica da economia brasileira. Após a crise foi implementado um novo modelo econômico, o de industrialização substitutiva de importações, que incentivava a produção brasileira e a diminuição de importações.

A crise da cafeicultura culminou em 1933, quando a produção chegou a seu ponto máximo, mas a política de defesa do café através da retenção de novos estoques invendáveis não se tornou possível devido ao mercado internacional estar em queda, não sendo possível sustentar os preços.

Em 1934 Getúlio Vargas assume o governo e instaura o Estado Novo, que representou o fim da descentralização republicana e a efetiva interferência do Estado na Economia.

Diante da dimensão da crise a estratégia utilizada pelo governo para manter estável o preço do café foi a diminuição de sua oferta através da queima dos excedentes, equivalente a 1/3 da produção obtida entre 1931 e 1939, a compra foi financiada por impostos sobre a exportação e pela expansão de crédito.

Em 1937 houve o Golpe Militar. Após o golpe houve o aumento das importações e apenas depois do início da 2ª Guerra Mundial, em 1941, o país apresentou um aumento das exportações e recuperação dos preços do café,

acompanhados de forte redução das importações, que levou ao crescimento da produção industrial.

No fim da 2ª Guerra Mundial houve a redemocratização com o governo Dutra e com isso uma mudança na estratégia do Estado, que deixou de intervir na economia.

Em 1947, apesar da política de não intervenção na economia, voltam os controles cambiais, o que produz um efeito benéfico na industrialização substitutiva de importações: “Subsídio às importações de bens de capital e intermediários, protecionismo contra importações de bens competitivos e aumento da rentabilidade da produção para o mercado interno”. (Abreu, 1990, p.108).

Na década de 50 Getúlio Vargas volta ao poder e tenta implementar bases de uma indústria pesada no país. Mas seu governo foi breve, com a crise política e cambial ele cometeu suicídio, deixando o governo para Café Filho.

Após Café Filho, Juscelino Kubitschek propôs o Plano de Metas entre 1956 e 1960, que incluía projetos de expansão de diversos setores da economia e a construção de Brasília.

O crescimento apresentado em seu mandato se estruturou pelas estatais, pelo capital privado estrangeiro e em menor parte pelo capital privado nacional, como consequência, houve o domínio pleno da produção industrial brasileira pelas empresas multinacionais, cabendo ao capital nacional o papel subordinado de fornecedor de insumos e componentes.

Em 1962 a queda do ritmo de crescimento industrial se deu devido a deterioração das relações de troca e o crescimento das despesas com o serviço de capital estrangeiro a partir de 1957, consequência dos investimentos e empréstimos externos acumulados nessa década, sendo a situação agravada pelos curtos prazos dos empréstimos.

Entre 1961 e 1963 houve um período de recessão, nesse momento Jânio Quadros toma posse e renuncia, deixando o governo para o vice João Goulart, que só tomou posse devido a limitações do regime Parlamentarista, resultado dos vetos militares.

Em 1964 há a instauração da ditadura militar, a implantação de um novo plano econômico, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), que resultou no milagre econômico de 1968 a 1973.

Através do PAEG, o Marechal Castelo Branco reduziu a taxa de inflação de 90% em 1964 para menos de 30% em 1967, (LACERDA, 2000, p. 111), invertendo a tendência inflacionária que existia desde 1930. Realizou ações que levaram a um intenso crescimento do PIB e da produção industrial, contudo, o PAEG também teve participação de capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos e empréstimos, o que levou ao indevidamento e a crise dos anos 80.

Outra consequência negativa do PAEG foi o desenvolvimento econômico para as classes de maior renda, beneficiando-os e instaurando um quadro preocupante quanto a situação social do país.

Em 1974 assume o General Geisel, que através do II Plano Nacional de Desenvolvimento, enfrentou os desequilíbrios estruturais da economia, priorizando as indústrias produtoras de bens de capital e intermediários. Esse plano foi a etapa final do processo de substituição das importações.

O financiamento desse plano também teve grande participação do capital estrangeiro, entretanto, a amplitude da crise mundial e sua repercussão interna provocou a desaceleração do plano, o que levou a resultados apenas em 1983 e 1984.

Em 1979 inicia-se o governo do General Figueiredo, que tenta a reedição do Milagre Econômico, sem sucesso.

No início da década houve uma grave recessão consequente da moratória da dívida externa mexicana. Com isso a década de 80 foi marcada por crises, alta da inflação e redução da arrecadação, assim como pelo último governo militar.

2.2 O Desenvolvimento Econômico em Franca da década de 20 a década de 80

Em Franca a participação do café no crescimento da cidade na década de 20 é visível, principalmente quanto à urbanização. Isso viria pelo fato de que os grandes fazendeiros começavam a deixar suas propriedades rurais para viverem mais próximos aos centros de discussão política, econômica e social. Anteriormente os mesmos proprietários já possuíam residências no centro da cidade, no entanto “muitas dessas casas ficavam fechadas durante toda a semana, já que seus proprietários viviam nas fazendas, vindo ao Centro apenas em ocasiões especiais ou para missas nos domingos” (BENTIVOGLIO, 1996, p. 37). Dessa forma, as

exigências destes novos moradores incluíam luz elétrica, o calçamento das ruas, jardins, teatros e hotéis. Estes podem ser encontrados em jornais da cidade, como no trecho do periódico *O Nono Districto* “A cidade de Franca está material como intelectualmente atrasadíssima. Não tem mercado, não tem matadouro, não tem chafarizes, não tem largos arborizados, não tem ruas, não tem calçadas, não tem nada” (*O Nono Districto*, 22 de abril de 1882, p. 1).

Logo podemos demonstrar, a partir da documentação contida em alguns livros de atas, como a maior parte dos investimentos desta urbanização provinham dos lucros do café, com o exemplo da construção do Hotel Francano. Para além deste, construções e reformas de locais centrais e de grande importância para o cotidiano da cidade.

A partir da década de 40 temos a mudança da economia local, do campo para a cidade, com o surgimento de novas indústrias coureiro-calçadistas (vale ressaltar que no período anterior a este já existiam algumas destas indústrias na cidade). Junto a esta mudança, a ida dos trabalhadores para as fábricas e um princípio de esvaziamento, que terminaria décadas depois, da zona rural.

Na década de 50 temos a consolidação de Franca como cidade símbolo da produção calçadista, com destaque aos incentivos gerados por Vargas. Durante os anos posteriores a economia francana viria-se cada vez mais dependente da indústria, fato que levaria a um crescimento maior da cidade, mas que custaria muito alto nas décadas finais, principalmente pelas sucessivas quedas do dólar, diminuindo a exportação e gerando diversas crises na economia, sucessivos períodos de desemprego. Ainda *desde a década de 1970*, “a cidade tem sido descrita pelos meios de comunicação e pelos trabalhos acadêmicos como uma grande oficina de sapatos” (Leme, 1994, p. 33), fato que até hoje é marcado, principalmente com a frase “Franca, Capital do calçado”.

3. O HOTEL FRANCANO

O Hotel Francano foi inaugurado em sete de setembro de 1928. Localizado na asa Oeste, do que seria o plano de cruz do centro da cidade, o Hotel Francano foi construído na, até então, Praça Dom Pedro II. Em de janeiro de 1928, o periódico *O Commercial* publica o artigo “Hotéis do Interior”, onde transcrevia uma lei

promulgada na cidade de Sorocaba, na qual faziam-se concessões e isenções para aquele que construísse e instalasse um hotel modelo na referida cidade.

Podemos verificar que a publicação de tal nota no periódico *O Commercial* não foi mais do que um fato em meio a acontecimentos maiores e bem anteriores, não se tirando a importância da mesma como a “chama de um estopim”.

Como foi descrito anteriormente, a chegada das elites locais ao centro da cidade trouxeram uma serie de mudanças na cidade, principalmente que viessem a preencher o vazio cultural. Até 4 de abril de 1874, Franca não contava sequer com um teatro, data da inauguração do Teatro Santa Clara, fruto da iniciativa privada.

Após a publicação desta notícia no dia 17 de janeiro de 1928 o então prefeito Torquato Caleiro propõe a venda da Praça Dom Pedro II para a construção de um hotel. O projeto de lei editado de autoria do Major Caleiro foi baseado no mesmo do da Prefeitura de Sorocaba:

A Câmara Municipal de Franca decreta:

Art. I - Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder a isenção de impostos municipais, taxa de esgoto e águas, pelo prazo de vinte anos, à Empresa que se organiza nesta cidade, para a construção de um prédio para um hotel moderno.

Art. II – Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir ações da referida Empresa até a soma de vinte e cinco contos de réis.

Art. III – A Câmara Municipal cederá a área de 1000 metros quadrados de terreno na Praça Dom Pedro II, mediante o pagamento de vinte e cinco contos de réis; em ações da Empresa podendo Prefeito Municipal dar a necessária escritura.

Art. IV – O prédio será construído no centro da praça, devendo ser ajardinado pela Empresa, todas as partes da frente e dos lados do terreno ocupado pelo prédio, até aos passeios que circundam a praça, ficando a parte ajardinada franqueada ao público.

Art. V – A Empresa deverá, juntamente com o requerimento da licença de construção, e os favores concedidos, por esta lei; apresentar planta completa do prédio a construir, bem como o ajardinamento da praça, podendo a Câmara aprovar ou não as referidas plantas.

Art. VI – O hotel deverá dispor de todas as comodidades indispensáveis a um estabelecimento de primeira ordem com máxima higiene, dispondo de 40 quartos, no mínimo e 6 apartamentos.

Art. VII – Durante o prazo de vinte anos, o prédio só poderá ser utilizado para o hotel.

Art. VIII – Fica o Prefeito Municipal autorizado a assignar os contractos e representar a câmara Municipal em todos os actos que se tornarem necessários.

Art. IX – Revogam – se as disposições em contrario.

Em 23 de fevereiro do mesmo ano – conforme indica o Livro de Tombo Do Arquivo Municipal – e criada por iniciativa de pessoas ligadas a elite cafeeira francana a Empresa Hotel Francano S/A. Entre os participantes desta estão João Alexandre Dias no papel de incorporador, o próprio Major Torquato Caleiro, além de outros participantes da Câmara Municipal – Coronel Francisco de Andrade Junqueira, Capitão José Fernando Peixe e Firmino Franco Neto – como principais acionistas e um posterior dono do hotel, Rodolpho Tozzi.

Em setembro de 1929 ocorre à inauguração do Hotel Francano e, já em 1930, temos sua primeira paralisação de atividades, momento em que coincide com a crise de 1930, fato que afetaria a economia brasileira e, conseqüentemente, a economia francana uma vez que esta se baseava predominantemente na cultura do café.

No ano de 1935 o hotel foi vendido pela primeira vez, a propriedade passa a Rodolpho Tozzi, um dos acionistas da sociedade inicial, o qual mantém por 38 arrendando a diversas pessoas.

Podemos averiguar junto a pessoas que participavam ativamente da vida social a partir de sua venda a movimentação era maior. Foram promovidas reuniões pelo Rotary Club de Franca e pelo Clube da Saudade. No inicio da década de 70 o prédio e vendido para um grupo de pessoas ligadas a uma empresa comercial francana. Tal empresa pretendia a construção de um grande centro comercial, no entanto a crise econômica que assolava o país inibiu esta tentativa.

Em 1980 o prédio e vendido pela ultima vez ao grupo Itaú S/A que propõe sua demolição para a criação de uma nova e sofisticada agencia bancaria, condizente com a realidade financeira da cidade. Podemos ainda citar a luta de um grupo intelectual francano pela não demolição, em prol da memória de um dos pontos da cidade.

CONCLUSÃO

Em uma primeira conclusão podemos afirmar que em conjunto a mudança da economia francana, ou sua evolução, a mentalidade da população se modificou. Para confirmar tal frase basta citarmos os desejos da população do período do café - mesmo aquela mais carente - pela modernização da cidade e, principalmente, pela relação afetiva criada com o Hotel Francano. E, em um curto período de tempo, essa relação mudou para afirmativas como a de “uma aberração” ou de um “lugar inútil”. Esquece-se do significado, não só relativo a importância do café, mas da participação dos futuros operários francanos na construção e utilização deste.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Agnaldo de Souza. **Política e modernização em Franca, 1945–1964**. Franca: UNESP-FHDSS, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1998, 2. ed.

BENÉVOLO, Leonardo. **Historia da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1993, 2. ed.

BENTIVOGLIO, Julio César. **Os dois corpos da cidade: a constituição do espaço urbano de Franca no século XIX**. Franca, 1997. Dissertação (Mestrado em Historia)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1997, 166 f.

_____. **Trajetória Urbana de Franca: Centro (1805 – 1995)**. Franca: Prefeitura Municipal: Fundação Municipal “Mario de Andrade”, 1996.

BRESCIANI, Maria Stella (Org.). **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CHIACHIRI F^o., José. **Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

COELHO, Hercidia Mara Facury (coord.). **Histórias de Franca**. Franca: UNESP-FHDSS, 1997.

DI GIANNI, Tércio Pereira. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: UNESP–FHDSS, 1997.

FERREIRA, Mauro. Franca, **Itinerário Urbano**. São Paulo: Laboratório das Artes, 1983.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização Urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HAROUEL, Jean-Louis. **Historia do Urbanismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1990, 3. ed.

LEME, Gladys Beatriz de Toledo da Silva. **Indústria Calçadista em Franca: trabalho informal infante juvenil**. Franca: UNESP-FHDSS: Prefeitura Municipal de Franca, 1994.

LIMA, Cacilda Comássio. **A construção da cidade: Franca – século XIX**. Franca – SP: UNESP – FHDSS, 1997.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitações e vizinhança: limite da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras” IN: NOVAIS, Fernando (org.). **A História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 3.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto Estudos Brasileiros, São Paulo, v. 34, p. 9-24, 1992.

_____. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11 n. 21, p. 89-103, 1998.

MUMFORD, Lewis. **Cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 2. ed.

QUEEN, Paulo. **Usos e apropriações no espaço urbano:** O caso das praças de Franca. Franca – SP, 1986, Monografia (conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo). União das Faculdades de Franca, 1986, 162 f.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça:** o privado e o público na vida social histórica. São Paulo: Edusp, 1993.

SITTE, Camilo. **Construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ática, 1992.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior:** Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

Periódicos.

Revista Enfoque nº. 67, ano VI Setembro de 2006, p. 25.

Fontes

Cidade da Franca. Franca-SP (1905-1927)

Tribuna da Franca.. Franca-SP (1900-1934)

O Francano. Franca-SP (1890-1951)

Diário da Tarde. Franca-SP (1941)

Livro de Tombo do Arquivo histórico Municipal v. 4, 1928, p. 99-126

ANEXOS

Anexo estão dispostas fotografias do Hotel Francano. Tais fotografias estão no CD Museu Virtual de Franca que foi realizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, campus de Passos, sob direção do arquiteto Mauro Ferreira.



Museu Virtual de Franca

Uma das mais conhecidas do Hotel e ultimas fotos, pouco antes de sua demolição.

Esse era o um de seus acessos laterais.



Vista frontal do prédio. Pode-se observar as belas linhas de sua construção.